



PLANO  
LEGISLATIVO

**ANTONIO NETO**  
DEPUTADO FEDERAL

# APRESENTAÇÃO

## APRESENTAÇÃO

Por formação e convicção, entendo a política como uma disputa de projetos, capazes de mudar a vida das pessoas. Esses projetos devem ser apresentados e discutidos junto a sociedade, para que ela possa escolher o projeto com o qual melhor se identifica. No Brasil, a legislação obriga apenas candidatos que disputam cargos majoritários a, no ato do registro da candidatura, apresentar junto ao Tribunal Superior Eleitoral, um plano/diretrizes de governo.

Acredito que os cidadãos e cidadãs devem votar sabendo o que aqueles que desejam representá-los, seja no executivo ou no legislativo, pensam e defendem. Foi com essa perspectiva que reuni especialistas de diversas áreas para formular diretrizes de pautas que queremos defender na Câmara dos Deputados. O material ora apresentado é a síntese de um trabalho realizado a dezenas de mãos, e por que não dizer centenas, se considerarmos que aqui aderimos também a propostas presentes no Projeto Nacional de Desenvolvimento – PND, de Ciro Gomes, coordenado por Nelson Marconi, que coletou contribuições de diversos especialistas.

Neste campo, quero agradecer nominalmente aos companheiros e companheiras que contribuíram diretamente para esta elaboração, citando: Victor Marques, Fausto Oliveira, Nicole Macedo, Patrícia Vieira, José Ribeiro, Rafael Calábria, Felipe Carvalho, Renato Zaccaro, Vitor Mota, Cassio Faeddo, Henrique Vitta, Fábio Luiz, Gilberto Natalini, entre tantos outros, que participaram direta ou indiretamente da elaboração dessas diretrizes.

Cabe ressaltar ainda que, este conjunto de ideias, não se trata de um projeto fechado e imutável, trata-se de um agregado de valores aberto à contribuições, pelos quais pretendemos orientar uma futura atuação parlamentar e para a qual pedimos a colaboração de todos e todas.

**Antonio Neto**

# SUMÁRIO

RELAÇÕES DE TRABALHO .....	5
MOBILIDADE URBANA .....	10
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO .....	14
JUVENTUDE .....	21
REFORMA TRIBUTÁRIA .....	25
EDUCAÇÃO .....	30
INDÚSTRIA .....	36
ESPORTE .....	41
HABITAÇÃO E INFRAESTRUTURA .....	45
CULTURA .....	49
SUSTENTABILIDADE .....	53
SAÚDE PÚBLICA .....	58

# RELAÇÕES DE TRABALHO

## RELAÇÕES DE TRABALHO

No Brasil, especialmente durante o Século XX, as relações de trabalho fundamentalmente ocorriam com base na relação de emprego descrita nos artigos 2º e 3º da CLT.

Isso ocorria, de uma forma geral, pelo amplo desenvolvimento da industrialização promovida desde o Governo do Presidente Getúlio Vargas. Nesse sentido, existia a relação que envolvia os elementos previstos na CLT, quais sejam: trabalho assalariado, de forma pessoal, não eventual e mediante subordinação a um empregador como premente.

Devemos considerar que até o advento da Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017) houve um processo de demonização e desconstrução dos direitos trabalhistas no Brasil.

A reforma, bem como todas as tentativas bem-sucedidas ou não, de aprofundamento desta, fundamentaram-se em três eixos: A) **restrição de direitos**; B) **restrição de atuação do poder judiciário**; C) **imposição de custas, honorários e despesas processuais**.

Desta maneira, com a reforma trabalhista em consonância com a proletarização de serviços, surgiram as figuras dos trabalhadores “uberizados”, “pejotizados”, “flexíveis”, “zerados”, “intermitentes”. Assim, o serviço de transportes de pessoas e alimentos com

a intermediação de aplicativos, dentre outras atividades, passou a ser quase que único abrigo para estes trabalhadores.

O solapamento do escape sindical contribuiu para que estes trabalhadores simplesmente ficassem à mingua de qualquer representatividade.

Entendemos que existem novas relações de trabalho autônomo, já bem descritas no Código Civil, e não há interesse em qualquer engessamento destas atividades. Por seu turno, entendemos como fundamental, trazer novamente ao país relações de emprego estáveis, clássicas, que ainda existem em milhões no mundo do trabalho. É certo que somente relações de trabalho estáveis alavancam crescimento econômico de longo prazo.

Portanto, resta clara a necessidade de reverter esse quadro de desalento, e a proteção dos trabalhadores é uma das pontas de um plano eficaz de desenvolvimento, bem como uma política tributária que desonere emprego e salário, valorizando a contratação formal de trabalhadores. Assim, entendemos ser fundamental para estruturar as relações de trabalho:

- Revogar temas que se encontram com ação direta de inconstitucionalidade no STF;
- Rever o patamar para concessão de Justiça Gratuita;

- Entregar ao País, um novo Código Brasileiro do Trabalho, abrangendo processo do trabalho, contendo as melhores práticas internacionais, em especial, as normas da OIT;
- Fortalecer a negociação coletiva;
- Rever a forma de cobrança de honorários na Justiça do Trabalho, considerando tanto a importância da representação por advogado como a capacidade de pagamento do trabalhador;
- Revogar a necessidade de indicação de valor na Petição Inicial Trabalhista, pois além da dificuldade técnica de apresentação de valores, dificulta a conciliação em razão das expectativas de ganhos geradas nos trabalhadores;
- Até a criação de Convenção Internacional para trabalhadores intermediados por aplicativos, estabelecer patamares de higiene, segurança e de ganhos compatíveis com o Princípio da Dignidade de Pessoa Humana, conforme garante nossa Constituição;
- Ampliar o contrato de estágio, simplificando a relação contratual e incentivar a contratação de estagiários;
- Entendemos fundamental desonerar a folha de pagamento e rever a tabela de imposto de renda para fomentar a formalização de contratos de trabalho;



- Liberar as relações de trabalho de trabalhadores hiperssuficientes a diversas formas contratuais, tornando o contrato de emprego tradicional celetista apenas optativo;
- Promover a igualdade e o ambiente de trabalho livre de assédio;
- Criar um capítulo versando sobre a legislação aplicável ao empregador de pequeno porte, entendendo que este deve ser liberado de burocracias para se dedicar especialmente a sua atividade empresarial;
- Ampliar a competência da Justiça do Trabalho aproveitando sua estrutura para execução ampla de contribuições previdenciárias;
- Criar mecanismo de sofisticação da estrutura sindical;

# **MOBILIDADE URBANA**

## MOBILIDADE URBANA

A área da Mobilidade Urbana é permeada por diversas pautas históricas, que precisam ser discutidas para que se possa avançar na garantia da oferta desse direito social previsto pela Constituição Federal de 1988, bem como na garantia de sua qualidade.

A Mobilidade Urbana no Brasil sofre com falta de dados, de projetos e parâmetros de qualidade. A legislação do setor transfere toda a responsabilidade aos municípios, que possuem pouca capacidade financeira e técnica de gerir os serviços com a qualidade necessária e ampliar a infraestrutura, desde trilhos até ciclovias ou calçadas. Além disso, a municipalização do serviço gera falta de integração entre cidades vizinhas, prejudicando o deslocamento das pessoas mais vulneráveis entre as cidades. Para mudar essa situação, é necessário reformular a legislação para atribuir mais responsabilidades e capacidade de atuação ao poder público ao equilibrar os deveres entre os poderes estaduais e federais para apoiarem os municípios na execução da política pública.

Outro aspecto que precisa ser fortalecido e estimulado é a participação social nas decisões do setor que pode ajudar na melhoria das tomadas de decisões e distribuição do orçamento na área. Devemos discutir a criação de um Conselho que deve ser interfederativo, como o de saúde, tendo esferas locais e estaduais, além da nacional, e ter ao menos 50% de representantes da sociedade civil.

O fortalecimento do apoio federal em forma de orçamento e consultoria técnica aos estados e municípios na elaboração de projetos inovadores também devem ser foco de atenção, visto que a capacidade de planejamento e a disponibilidade de orçamento são fundamentais para a implantação de projetos bem-sucedidos, sobretudo no estímulo à diversificação de modos, melhoria de infraestrutura e projetos de segurança viária.

Desta forma no tema Mobilidade Urbana o nosso mandato focará nas seguintes áreas:

- Defender uma Rede Federal de trens de passageiros;
- Propor a criação de um órgão/secretaria de Mobilidade Urbana federal, para coordenar pesquisas, formação de técnicos, programas de apoio à mobilidade nas cidades e combate ao assédio e racismo no transporte público;
- Apoiar a criação do Conselho Nacional de Mobilidade para garantir a participação e fiscalização da Sociedade Civil;
- Lutar por recursos federais para a mobilidade urbana, buscando reduzir as tarifas com qualidade no serviço e garantindo os direitos e a estabilidade dos trabalhadores do setor;
- Desoneração tributária das cadeias produtivas da Mobilidade, porque é um direito social;

- Programa de apoio financeiro a construção de metrô e corredores de ônibus nas cidades;
- Defender a criação de um programa de Vale Transporte Social, para reincluir a população de baixa renda no transporte;
- Defender um programa federal de aluguel de ônibus elétrico para as frotas municipais, acelerando a redução da poluição gerada pelo transporte;
- Apoiar ações federais de fomento e expansão de infraestrutura para a Mobilidade por bicicleta nos municípios e apoio ao cicloturismo regional;
- Apoio a projetos e reformas de calçadas e travessias de pedestres nos municípios, visando acessibilidade universal;
- Defender programas de segurança viária nos municípios e projetos do governo nas rodovias federais, com redução de velocidades, humanização de vias e metas de redução de fatalidades;
- Apoiar consórcios e planos regionais de mobilidade para facilitar e ampliar a integração entre cidades vizinhas e dentro de regiões metropolitanas.

# **CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

## CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

O acesso da sociedade às novas tecnologias e a internet se tornaram fatores fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico de qualquer país desde a segunda metade século XX, mas fundamental no século XXI.

O Brasil, embora já tenha realizado importantes avanços em direção a universalização do acesso, ainda tem muito a fazer para garantir o acesso as tecnologias de informação e a internet à toda população.

A pesquisa nacional por amostra de domicílio contínua - PNAD 2018 revelou que o acesso à Internet e ao uso de computadores no Brasil é ainda insuficiente e permanece desigual entre os diferentes extratos sociais e regiões brasileiras. Apenas 46,0% dos domicílios em área urbana e apenas 14,3% em área rural possuem um Microcomputador. Já a existência de celulares atingiu 93,2%, sendo a internet utilizada em 83,8%, dos domicílios em área urbana, e 49,2%, em área rural. As principais razões identificadas para sua não utilização foram: o custo do acesso à Internet (25,4%) e nenhum morador saber usar a Internet (24,3%). Ao analisarmos regionalmente, tem-se que as regiões Norte e Nordeste, apresentam indicadores inferiores as demais regiões da federação.

Além disso, é necessário fazer com que os benefícios das tecnologias possam chegar aos

serviços públicos prestados pelo Estado, portanto, o governo deve também utilizar as tecnologias para melhorar o atendimento à população. Isso inclui investir em educação, ciência, tecnologia e inovação, para preparar as novas gerações para o novo paradigma da economia do conhecimento, promovendo formação adequada para tal. Sabemos que junto com as vantagens, as tecnologias digitais inspiram cuidados sobre a segurança em sua utilização, é preciso proteger o trabalhador, o consumidor e o usuário em geral contra crimes cibernéticos e garantir o amparo social do Estado aqueles que trabalham com aplicativos. Para essas questões apontamos uma série de iniciativas que terão nossa atenção, são elas:

- Pautar e defender a regulamentação dos profissionais de Tecnologia da Informação – TI;
- Defender a jornada de trabalho de 36 horas + 4 horas para o trabalhador;
- Discutir o aprimoramento do sistema pedagógico brasileiro com vistas às novas demandas da economia do conhecimento (STEM), bem como ampliação de ofertas nos institutos de capacitação profissional;
- Pautar a criação de políticas públicas que promovam a criação de mão-de-obra técnica qualificada em tecnologia da informação, atenta à critérios de inclusão social;



- Defender a regulamentação dos serviços por aplicativo em todo território nacional;
- Propor o aperfeiçoamento e ampliação de programas que visem a universalização do acesso à Internet, incluindo a disponibilização da infraestrutura de rede de banda larga de qualidade a todos os municípios brasileiros nas áreas urbanas e rurais, e seus respectivos serviços e equipamentos públicos;
- Propor medidas de aperfeiçoamento da fiscalização e controle da qualidade de serviços prestados pelas operadoras de telecomunicações;
- Defender a ampliação do número de telecentros e laboratórios de fabricação (fablabs) em todos os municípios brasileiros;
- Propor o aperfeiçoamento de políticas públicas de subsídios e ou desoneração de encargos setoriais, que promova a redução do custo de acesso à equipamentos tecnológicos e a custos de tarifas de Internet (incluindo 5G) e de energia elétrica, promovendo a economicidade;
- Promover o aprimoramento e execução da Lei do Governo Digital (Lei nº 10.332/2021) em todos os entes da federação;

- Defender o aprimoramento e execução da estratégia Brasileira de Transformação Digital (Lei nº 10.332/2020);
- Fiscalizar, promover e aprimorar a Lei de Acesso a Informação (Lei nº 12.527/2011) e da Lei da Transparência (LC 131/2009);
- Contrapor a privatização das empresas públicas de processamento de dados sensíveis, à exemplo do **Serpro** e da **Dataprev**;
- Propor a criação do Programa Nacional de Educação Digital visando acesso ao conhecimento digital à população;
- Promover a formulação de políticas públicas de fomento da economia criativa no entorno da indústria da arte e do streaming de Música e Audiovisual e dos Jogos Digitais (Games);
- Propor a criação de Sistema Nacional de Inovação que estabeleça uma visão estratégica em âmbito nacional, aglutinadora e convergente das iniciativas existentes, acrescida dos aprimoramentos necessários;
- Defender políticas públicas que favoreçam a adoção e a disseminação de tecnologias emergentes para a indústria nacional, somado à um amplo programa de requalificação

da mão-de-obra;

- Defender políticas públicas que favoreçam a criação e modernização para ganhos de eficiência e produtividade das cadeias produtivas e de fornecedores locais de base tecnológica, bem como apoiar a inserção internacional das empresas nacionais de produtos de base tecnológica;
- Defender e aperfeiçoar leis de incentivo à tecnologia e a inovação, como a Lei da Informática (Lei nº 8.248/1991); Lei do Bem (Lei nº 11.196/05);
- Defender o aperfeiçoamento e a execução da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - (Lei nº 13.709/2018), Resolução CMN nº 4.893/2021, e da Lei 12.965/2014 - conhecida como “Marco Civil da Internet”, (Lei nº 12.737/2012) - conhecida como Lei Carolina Dieckmann. Buscar a ampliação e promoção em âmbito internacional;
- Defender leis e políticas públicas de Prevenção e Combate aos Crimes Cibernéticos, bem como apoiar a ampliação de delegacias especializadas para tratar crimes digitais;
- Defender o combate à fakenews através do aperfeiçoamento e aprovação de projetos de lei já em debate na Câmara que criminalize o ato, bem como a instituição de comitês de checagem de fatos com o suporte de ferramentas tecnológicas que sinalizem a

veracidade das informações e notícias, quando estas forem relevantes e de grande impacto;

- Defender e estimular a ampliação dos bancos digitais (Fintechs) como instrumento para inclusão financeira e incremento da competitividade no sistema bancário brasileiro;
- Revisar e aprimorar projetos de leis em tramitação que visam a regulamentação do mercado de moedas digitais, para coibir práticas ilegais e garantir a segurança jurídica dos usuários de moedas digitais, à exemplo do projeto de Lei nº 4.401/2021;
- Discutir a regulamentação do uso dos NFTs (Non-Fungible Token) no Brasil;

**JUVENTUDE**

## JUVENTUDE

Nós entendemos a juventude como uma fase fundamental no processo de formação e amadurecimento do indivíduo e, portanto, é um momento em que o jovem deve gozar das mais variadas oportunidades com a finalidade de abrir-lhe horizontes que pretendem seguir no curso da vida. No decorrer do tempo, foram galgadas diversas conquistas e direitos para a juventude, como a meia entrada para jovens em eventos culturais e esportivos, e outras políticas públicas, sobretudo na área do esporte e educação.

No entanto, reconhecemos que a manutenção dos direitos adquiridos e a conquista de novos direitos são processos contínuos e que, ainda falta muito para que possamos garantir um leque de oportunidades adequado, no campo da proteção social, saúde, educação e cultura para a juventude. Deste modo, nosso mandato se comprometerá a defender as bandeiras elencadas na sequência, que são fruto de debates entre grupos de juventude, sem prejuízo de novas pautas que venham a demandar mais empenho.

- Defender a manutenção da Lei de Meia-Entrada nas atividades culturais e esportivas para a juventude;
- Incentivar políticas de cuidados preventivos de saúde mental, de diminuição da gravidez na adolescência e redução do uso do álcool e drogas para a juventude;

- Contribuir com políticas públicas que garantam o acesso de todos os jovens à Internet;
- Apoiar o Programa Casa da Juventude, incentivando a instalação em todas as cidades do estado de SP;
- Promover a participação representativa dos jovens nos diversos conselhos municipais, regionais e temáticos para que participem da construção de políticas públicas e do fortalecimento da cidadania;
- Incentivar o acesso a todos os estudantes do ensino médio, EJA e técnico público ao ensino de língua estrangeira (inglês, espanhol e mandarim);
- Criação de políticas de incentivo e retomada dos estudos por jovens evadidos do sistema de educação através do EJA e do EJA Virtual;
- Incentivar jogos e feiras para a juventude como medida de incentivo à prática de esportes como política de inclusão;
- Incentivar uma agenda transversal para a redução dos índices de violência na juventude, sobretudo, a juventude negra, LGBTQIA+ e periférica;

- Estimular a incubação e a aceleração de empresas inovadoras criadas pela juventude do ensino médio/superior público em conjunto com ações das universidades, prefeituras, institutos, agências e empresas públicas junto à iniciativa privadas;
- Incentivar políticas de microcrédito jovem em uma combinação de qualificação, projeto, sociedade e crédito, a partir das melhores experiências internacionais de fomento à inovação e desenvolvimento local;
- Apoiar a formação e reinserção de jovens em grave situação de vulnerabilidade ou/e recém-saídos da Fundação Casa ou do sistema penal. Programa com bolsa e formação cidadã, profissional e empreendedora.



# REFORMA TRIBUTÁRIA

## REFORMA TRIBUTÁRIA

A discussão sobre a reforma tributária não é nova, no dia seguinte após a promulgação da atual Constituição Federal, Deputados (as) e Senadores (as) já bradavam por uma reforma no sistema tributário. Por essa razão, todos os governos eleitos tentaram efetivar mudanças em nosso confuso e problemático sistema tributário, porém, todas tentativas foram sem sucesso, ocorrendo no máximo mudanças pouco significativas.

Exageradamente regressiva, a maior parte da nossa carga tributária recai sobre os mais pobres, visto que incide sobre o consumo e serviços. A título ilustrativo, se um trabalhador hoje adquirir uma moto popular em 72 prestações a juros bancários altíssimos, ele irá pagar IPVA. Entretanto, se alguém adquirir um Jet-Ski, um helicóptero ou um jatinho, não há incidência desse imposto.

Segundo a ANFIP (Associação Nacional dos Auditores-fiscais da Receita Federal do Brasil), o Imposto sobre a renda e sobre o patrimônio representam apenas 22,7% na arrecadação total do Brasil. Nos países da OCDE, por exemplo, esse índice chega a 39,6% em média. Na Dinamarca, os tributos sobre renda e patrimônio chegam a 67,2% do total de receitas. Por outro lado, a participação dos tributos sobre o consumo é bem maior no Brasil (49,7%), em comparação com os países da OCDE (32,4%). Essa forma de tributar penaliza sobretudo os mais pobres e a classe média, pois reduz na prática a renda das famílias, encarecendo os

produtos e desestimulando a economia.

Outro ponto relevante para discussão, é a questão da desoneração do emprego, onde é necessário que se busque alternativas, para que o trabalhador não seja prejudicado, mas que também não aconteça uma perda de arrecadação que possa prejudicar a seguridade social.

Entendemos que um possível modelo adequado seja a desoneração parcial da folha de salários, com alíquotas progressivas, onde as empresas que mais empregam e que possuem maior massa salarial, terão a menor alíquota, ou seja, haverá incentivos diretos para a contratação e geração de empregos.

Vemos com bons olhos a proposta de Reforma Tributária apresentada pela ANFIP, denominada “Reforma Tributária Solidária”, bem como a proposta denominada “Simplifica Já”, também preparada e apoiada por diversas entidades, como a FNP – Frente Nacional de Prefeitos.

A discussão sobre Reforma Tributária deve ter o viés social e o objetivo de diminuir a desigualdade social que impera no Brasil e traga renda e emprego ao nosso povo. Um futuro mandato nosso lutará para alcançar esse objetivo.

Alguns pontos que consideramos essenciais para qualquer Reforma Tributária:

- Aumentar a faixa de isenção do imposto de renda pessoa física, que está defasada em 135% desde 2015;
- Corrigir as demais faixas de IRPF, e criar mais uma faixa: 35% para quem tem alta remuneração mensal. Algo em torno de 80 mil reais mensais;
- Propor a tributação de lucros e dividendos. Hoje a pessoa física que recebe milhões anuais em dividendos não é tributada;
- Defender maior progressividade na tributação da herança ITCMD, cuja alíquota máxima hoje é de 8%. Na maioria dos países desenvolvidos, a tributação da herança dos mais ricos chega a 50% de alíquota progressiva;
- Instituição do Imposto sobre Grandes Fortunas;
- Desoneração parcial da folha de salários com alíquota progressiva: quem emprega mais e tem melhor massa salarial, terá alíquota menor;
- Discussão dos projetos de Reforma Tributária “Reforma Tributária Solidária”, bem como

a proposta denominada “Simplifica Já”;

- Defender a redução de impostos sobre o consumo;
- Apoio a uma estrutura tributária que possibilite a criação e concessão de linhas de crédito de longo prazo;
- Defender a revogação da Emenda Constitucional nº 95, popularmente conhecida como “Teto de gastos”;
- Pautar a revisão da política de preços de produtos essenciais, além de defender a isenção de tarifas de energia, água e gás de cozinha para beneficiários dos programas de transferência de renda. Defender medidas urgentes que garantam a redução e estabilização dos preços da cesta básica, combustível e gás de cozinha;
- Defender um programa de isenção e/ou renegociação das dívidas das famílias, em especial as dívidas de financiamento habitacional, em bases adequadas aos orçamentos familiares.

**EDUCAÇÃO**

## EDUCAÇÃO

Sabemos que a educação é, sem dúvidas, um dos pilares de desenvolvimento de uma sociedade e o motor de uma democracia saudável. Na história do Brasil, a educação passou por diversas reformas, culminando em avanços nas últimas décadas, mas também em retrocessos, em especial nos últimos anos, dado o caráter estratégico e, portanto, permeado de disputas dessa área, tendo sofrido com trocas sequenciais de ministros e, sobretudo na gestão Bolsonaro, tendo significativos retrocessos com a ausência de propostas para a área, constantes embates ideológicos e substituições de lideranças em meio a polêmicas, tendo por efeito a desmobilização de órgãos técnicos e a ameaça ou descontinuidade de políticas públicas importantes.

Já não bastasse o passivo histórico que o País tem com a educação, a pandemia trouxe um grande impacto na educação brasileira. Seja pela interrupção de aulas, seja pelas dificuldades na operacionalização das aulas remotas, houve perdas significativas no processo de aprendizagem, assim como aumentou a evasão e o abandono escolares, havendo dificuldades por parte dos estados e municípios para lidar com essas questões e pouca ou nenhuma atuação do Governo Federal, em especial no Ministério da Educação.

Além disso, é necessário pautar a reestruturação dos órgãos técnicos do Ministério da Educação, totalmente desmobilizados pelo atual governo.

Paralelo a esse esforço, é necessário defender a recomposição e ajuste do financiamento das universidades e dos órgãos de fomento à pesquisa. Outro ponto não menos importante é o acompanhamento e fiscalização da implementação no Novo Ensino Médio e a defesa da ampliação da educação em tempo integral em todo o território nacional.

A promoção da educação em tempo integral é fundamental na perspectiva de uma educação condizente com as necessidades do país, que deve ser acompanhada de um novo paradigma pedagógico para a educação do Século XXI, tratando de temáticas contemporâneas em uma abordagem crítica, substituindo o modelo conteudista e utilizando-se das tecnologias juntamente com uma formação continuada para apoio e troca de boas práticas dos profissionais da educação. O debate sobre um novo paradigma de educação deve ser entendido de forma integral, compreendendo a ligação com outros interesses sociais, como cultura e esporte.

Assim, compreendemos como pautas centrais, inicialmente, os pontos listados na sequência, considerando que alguns deles já estão em andamento na Câmara dos deputados.

- Incentivo e fiscalização, via comissão de educação, para busca ativa de alunos que não concluíram os estudos ou abandonaram no período de pandemia e, proposição de instrumentos de diagnóstico dos impactos na aprendizagem, recuperação e reforço escolar;



- Apoiar a derrubada do Veto à lei 3477/2020, que garante recursos para acesso à internet para as escolas públicas do Brasil;
- Acompanhamento para a criação de portarias por parte do MEC com critérios claros para a distribuição de recursos do FNDE, bem como promover auditoria sobre os recursos distribuídos na gestão Bolsonaro;
- Defender a recomposição dos quadros técnicos do INEP, de forma a retomar as pautas urgentes de banco de questões do ENEM e a atualização dos critérios de avaliação do SAEB, que irão encerrar o ano com preocupações críticas para seu funcionamento em 2023;
- Estimular a retomada das discussões e aproximação com a sociedade civil, órgãos de classe, representantes das diversas instâncias e demais interessados para discutir os resultados do Plano Nacional de Educação e sua atualização após 2024;
- Defender a recomposição e ajuste do financiamento das universidades públicas e dos órgãos de pesquisa;
- Apoiar a aprovação e a institucionalização do Sistema Nacional de Educação, visando estimular a colaboração e a atuação coordenada entre União, estados e municípios

- Defender um amplo apoio ao processo de alfabetização, inspirando-se em políticas públicas de sucesso, como o PAIC (Programa de Alfabetização na Idade Certa) e MAIS PAIC (Programa de Aprendizagem na Idade Certa), estruturados no estado do Ceará, reestruturando políticas como o PNAIC (Política Nacional de Alfabetização na Idade Certa), via Ministério da Educação;
- Atuar para a defesa de políticas de fomento federais e estaduais para a ampliação da educação infantil no Brasil junto aos municípios, articulada com o investimento na primeira infância e sua intersectorialidade em educação, saúde, assistência social, entre outros;
- Atuar na defesa da atenção primária às mães em saúde, educação e assistência social, de forma a promover orientações e medidas que possam combater a desnutrição e mortalidade infantil e garantir o acesso escolar nas fases iniciais da vida das crianças;
- Acompanhar a implementação do Novo Ensino Médio via Comissão de Educação, de forma a possibilitar que os diferentes itinerários formativos propostos no Novo Ensino Médio cheguem às diferentes realidades do país, evitando que se amplie ainda mais as desigualdades;
- Propor a ampliação das políticas de ensino técnico integrado ao Ensino Médio,

aproximando os jovens do mercado de trabalho, de acordo com as potencialidades de suas regiões e em consonância com um Projeto Nacional de Desenvolvimento;

- Promover a discussão sobre a mudança do paradigma pedagógico de memorização para um paradigma com enfoque na interpretação e que prepare os alunos para lidar com o excesso de informação e as novas tecnologias do Século XXI;
- Estimular, via Comissão de Educação ou comissão específica, a criação de programa nacional que proporcione a formação continuada de gestores escolares, estimulando e promovendo a gestão com base em evidências, a escuta ativa e participação efetiva da comunidade escolar nas tomadas de decisão e o estímulo a projetos e iniciativas que incentivem o protagonismo estudantil;
- Estimular, via Comissão de Educação ou comissão específica e projetos de lei, a valorização e apoio aos docentes, de forma a proporcionar melhores salários e condições de trabalho, assim como o intercâmbio de boas práticas e o apoio contínuo para o aprimoramento e práticas contemporâneas na sala de aula;
- Defender o intercâmbio da educação com práticas culturais e esportivas, bem como incentivar as práticas de letramento digital.

**INDÚSTRIA**

## INDÚSTRIA

No âmbito da questão industrial, há diversos temas que merecem destaque, entre eles o das empresas industriais genuinamente nacionais nos setores de bens de capital (BK) e bens de informática e telecomunicações (BIT), que não exercem liderança nos mercados domésticos, com poucas exceções.

O motivo é que nestes setores de alto valor as multinacionais instaladas aqui dominam o mercado brasileiro. Isto inviabiliza um crescimento internacional de longo prazo destes importantes setores, com impacto negativo sobre as potencialidades de emprego e renda, comprometendo possibilidades de desenvolvimento local, regional e nacional.

No campo da indústria farmacêutica, o Profarma foi uma bem-sucedida política de desenvolvimento produtivo para o setor farmacêutico nacional liderada pelo BNDES no início do século. Porém, seus resultados ficaram limitados a um nível médio de aquisição tecnológica pelas empresas apoiadas. Conseqüentemente, o setor não adquiriu a relevância econômica que a alta complexidade tecnológica farmacêutica pode render ao Brasil.

Em relação a microeletrônica, o Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (CEITEC) é uma empresa pública de microeletrônica que está em processo de extinção pelo governo federal. Sua missão comercial sempre foi produzir microchips de nível

médio de tecnologia (chips RFID e outros similares). Entretanto, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (PADIS), que foi responsável por benefícios fiscais ao restante da cadeia de microeletrônica no país, foi prorrogado até 2026.

Quanto ao incentivo à produção, a disseminação de ideologias de livre mercado nos anos recentes, produziu uma distorção profunda no sistema de financiamento de investimentos de longo prazo no Brasil, ao extinguir a taxa de juros subsidiada oferecida pelo BNDES (TJLP) e equipará-la com os juros de mercado (TLP). O resultado disto é que, em 2022, um financiamento do BNDES para investimento privado pode chegar a 20% a.a de juros, o que dificulta muito a tomada de créditos por empresas produtivas, estimula a manutenção de capital em aplicações financeiras e aumenta a concentração de recursos paralisados nas tesourarias de bancos privados.

Dado esse contexto, entendemos ser necessário levantar as seguintes bandeiras no parlamento:

- Criar por lei o selo Empresa Amiga da Indústria Brasileira, destinado a empresas de setores intensivos em capital e tecnologia, a fim de estimular que prefiram comprar BK e BIT de provedores genuinamente nacionais;

- Defender a criação de um Sistema Nacional de Tecnologia Farmacêutica;
- Propor a suspensão, por lei, do ato de extinção da CEITEC, e redefinir o PADIS para além dos benefícios fiscais;
- Propor diálogo com as administrações estaduais e municipais para estabelecer metas de adoção de tecnologias nacionais de “usina de lixo”;
- Atuar junto ao Parlamento do Mercosul na composição de um projeto sul-americano de logística leve integrada, tendo os Correios do Brasil como empresa coordenadora e holding de uma futura corporação regional aos moldes da alemã DHL;
- Discutir a criação de um novo regime de preferência para a fabricante nacional de armas leves junto às forças públicas de segurança, embora não exclusivo e sob condicionalidades, dentre as quais a principal será redução do coeficiente de importação;
- Propor articulação nacional entre o Congresso e as secretarias estaduais e municipais de infraestrutura, obras públicas e afins;
- Abrir no âmbito do Congresso diálogo Nacional pela Inovação Produtiva;

- Propor a reinstituição da TJLP do BNDES sob a forma de lei, colocando-a como instrumento financeiro obrigatório do banco e estendendo a abrangência para médias e pequenas empresas produtivas nacionais;
- Nas discussões da reforma tributária, propor um regime de escalada tarifária, através do qual as barreiras alfandegárias para produtos industriais e/ou insumos básicos são reduzidas para estimular a concorrência com produto estrangeiro e eliminar preços de cartel;
- Discutir a redefinição dos papéis institucionais do Ministério Público e demais órgãos de controle dos demais poderes e demais esferas de poder da administração, a fim de celebrar um acordo político-jurídico de longo prazo que estabeleça o desenvolvimento nacional como objetivo perene da política, tal como previsto na Constituição;
- Debater a retomada do controle público das empresas, agências, ativos produtivos e redes acessórias necessárias para a garantia da segurança e soberania energética do povo brasileiro e sua economia.



**ESPORTE**

## ESPORTE

Com a extinção do Ministério dos Esportes, a já nebulosa divisão de competências tornou-se ainda mais acentuada entre a União, Estados e Municípios. O estabelecimento de uma efetiva divisão destas competências entre os setores governamentais vai permitir a ótima integração neste sistema com as federações, confederações, agências, associações (clubes), organizações e projetos sociais para uma ótima distribuição de recursos.

Para que o financiamento público promova os melhores resultados possíveis, é necessário que ele esteja ordenado de uma maneira inteligente para as diferentes etapas da cadeia produtiva do esporte: - Acesso à prática – Esporte Educacional – Iniciação de Atletas – Identificação de Talentos – Especialização de atletas – Suporte à carreira de atletas – Estrutura esportiva – Competições Nacionais – Participação em Competições Internacionais e tantos outros. Para tanto é importante maximizar o orçamento da educação e da saúde compondo esta estrutura.

A combinação dos orçamentos municipais e estaduais para a área esportiva pode promover resultados de alto impacto, se direcionados com foco em atender as partes que lhe cabem desta cadeia, financiando projetos de massificação da prática em diversos grupos da sociedade e organizando regionalmente iniciação, identificação de talentos e competições de base.

Nessa esteira da divisão de competências e do financiamento, é necessário pensar também no suporte à carreira, os Atletas das diferentes etapas da cadeia do esporte devem ser vistos como um grupo de beneficiados dos diferentes programas do estado brasileiro, como de financiamentos, moradia, educação, bolsas acadêmicas, isenção em transporte e outros, bem como gozar de uma transição digna ao pós-carreira.

É necessário, ainda, pensar a integração entre esporte e educação, tanto no âmbito da escola básica quanto no âmbito da universidade, utilizando a estrutura esportiva para educar e a estrutura educacional para a prática de esportes e a formação de especialistas, bem como para a criação e desenvolvimento de metodologias esportivas próprias. Para atender a essas necessidades, bem como a outras, elencamos na sequência uma série de tópicos que nortearão nossa ação parlamentar na área dos esportes.

- Defender a recriação do Ministério do Esporte com clara divisão de competências entre União, Estados e Municípios;
- Propor a criação de um índice de Desenvolvimento Esportivo Municipal e Estadual. Este índice reunirá indicadores para avaliar os resultados das políticas públicas estaduais e municipais a partir das competências estabelecidas com metas por Município e Estado gerando um ranking;

- Promover a discussão sobre o financiamento do esporte, maximização dos resultados e correção da distribuição de recursos;
- Debater a promoção do esporte na escola, bem como a promoção do esporte educacional, com vistas a proporcionar uma maior integração das estruturas esportivas e educacionais e assim promover um maior grau de atividade física e esportiva entre crianças, jovens e adultos;
- Apoiar uma estrutura esportiva de treinamento que respeite a cadeia produtiva do esporte e extensão do país;
- Promover iniciativas de esporte universitário, esporte nas Universidades, formação de especialistas e Metodologias brasileiras, com o objetivo de integrar a cadeia de pesquisa e educacional à cadeia esportiva;
- Discutir iniciativas de suporte à carreira do atleta e transição ao pós-carreira;
- Pautar um Programa de Regulamentação do Profissional de Educação Física, Fisioterapia, Fisiologia e Cientista do Esporte;
- Promover o empoderamento do esporte na política.

# **HABITAÇÃO E INFRAESTRUTURA**

## HABITAÇÃO E INFRAESTRUTURA

O Brasil possui um déficit histórico e crescente de habitação e de infraestrutura. Embora nas últimas décadas tenham surgido iniciativas de programas que, em tese, tinham o objetivo de atender a essa carência, eles não lograram êxito em sanar o déficit habitacional. Embora não haja dados atualizados, visto que em 2020 não foi realizado o censo do IBGE, outros levantamentos apontam um déficit habitacional de aproximadamente 5.8 milhões de moradias.

Outro aspecto relevante no campo da habitação é o da qualidade das moradias. Estima-se que 85% da população brasileira constrói ou reforma sua moradia sem o acompanhamento técnico necessário. Em 2021, 40 milhões de pessoas no Brasil viviam em condições inadequadas de moradia (CAU/BR 2021). A Lei 11.888 de 2008 deveria garantir que o Estado fornecesse assistência técnica para famílias com renda de até 3 salários-mínimos. Mas os recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS, que deveriam financiar esta política, não é fixa ou obrigatória, o que dificulta a elaboração de políticas públicas de auxílio técnico à construção de casas de famílias de baixa renda.

Ainda no quesito moradia, há que se ressaltar que o número de favelas no Brasil dobrou nos últimos dez anos, de acordo com dados do IBGE. Entre 2010 e 2019, a quantidade de aglomerados subnormais, como favelas e palafitas, foi de 6.329 em 323 municípios para 13.151 em 743 cidades. Essas moradias são caracterizadas por um padrão urbanístico

irregular e pela falta de saneamento básico.

Além das questões de moradia, há um problema institucional de financiamento para a organização e implementação de políticas públicas comuns aos territórios e regiões metropolitanas, visto que o poder de decisão sobre essas políticas é delegado aos municípios, e na maioria dos casos isso dificulta a sua execução, seja pela dificuldade de aportes, seja pela dificuldade de pactuação de uma política mais abrangente.

A síntese desse cenário nos sugere que é necessário um esforço de coordenação nacional junto aos municípios, de modo a garantir a execução de programas habitacionais e a reparação de moradias precárias. Esse esforço deve se dar no campo da pactuação de políticas públicas, bem como no financiamento e suporte técnico aos municípios, com a devida contrapartida. Para isso, propomos debater os pontos a seguir:

- Debater a constitucionalização do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, bem como discutir que um percentual do fundo seja exclusivamente destinado para a Assistência Técnica;
- Pautar a criação de um Fundo Nacional de Desenvolvimento urbano com participação da União e Unidades da Federação para o financiamento de projetos que visem o desenvolvimento e melhoria na infraestrutura das cidades;

- Defender a necessidade de definição por parte do executivo de metas e objetivos por parte dos municípios que acessem fundos e recursos financeiros da União. E que a criação desses objetivos seja norteadada pela redução de desigualdades social e econômica;
- No âmbito dos programas habitacionais, defender a regionalização das políticas habitacionais, dado que as regiões brasileiras são distintas; se não com programas regionalizados, mas um programa que atenda especificidades regionais e sociais específicas;
- Defender o fortalecimento de políticas públicas de locação social de habitação com valores subsidiados, total ou parcialmente, para a população de baixa renda;
- Apoio e incentivo a criação de dispositivos para qualificação de quadro técnico de pequenas cidades ou suporte do governo federal para estes municípios;
- Defesa de estratégias de monitoramento do desenvolvimento das cidades;
- Discutir Projeto de Lei que institua dotações financeiras para projetos de urbanização de favelas e a proibição do despejo das famílias residentes. Aos moldes da Lei n 2.875 de 1956;
- Defender o fortalecimento do papel do BNDES no financiamento de habitação e infraestrutura.



**CULTURA**

## CULTURA

No âmbito da cultura, há uma diversidade de pautas que necessitam de atenção e debates no Congresso Nacional. Iniciativas que viabilizem o acesso dos artistas populares aos recursos das leis de fomento, o estímulo à modernização da indústria cultural com a cooperação entre artistas e associações de artistas e universidades públicas serão pautas presentes em nossa luta parlamentar.

Há casos em que os artistas de base popular não conseguem ter acesso à recursos de programas de fomento por eventualmente desconhecerem exigências dos editais desses programas, logo, é necessário que esses artistas tenham orientação técnica gratuita, bem como possam ter acesso a cursos de capacitação que os permita conhecer os critérios e assim prepará-los para que possam cumprir as exigências dos editais e tornarem-se aptos a ter acesso a recursos que fomentam atividades culturais.

Temos que pensar ainda, naqueles que usufruem das produções culturais, isso passa necessariamente pela ampliação do Vale Cultura, para que as pessoas de baixa renda possam ter acesso à shows, exposições, e outros eventos culturais. Também passa por nossas prioridades, o fomento à recuperação e preservação do patrimônio cultural, visto que neles, necessariamente se encerra parte de nossa história, que deve ser preservada e disponibilizada a esta e às próximas gerações.

Desta forma daremos atenção prioritariamente aos seguintes pontos relacionados à cultura:

- Defender a ampliação dos editais de fomento, com ênfase em iniciativas de periferia e com pouca capacidade de financiamento privado;
- Propor mecanismos de cooperação entre universitários da rede pública, nas áreas de tecnologia e marketing, com artistas pequenos, gerando aprendizado e cooperação mútua;
- Debater a criação de um banco de financiadores privados, que, tendo benefícios em sua arrecadação de imposto, coloque à cargo de associações de artistas e do poder público a distribuição das bolsas, criando maior equidade e evitando o cartel dos barões da cultura;
- Fomento à ampliação de cursos em formato presencial e online, visando ensinar o trabalhador da cultura a melhorar seu produto e trazer recursos para projetos;
- Defender a obrigatoriedade do incentivo à cultura local e em eventos com grandes artistas. Estudar a proposição de uma cota de participação local para eventos de grande porte, facilitando a inserção de artistas menores nas maiores estruturas;
- Propor a ampliação do antigo vale cultura, iniciativa que visa obrigar o empregador (através das entidades patronais) a fornecer uma bolsa-cultura ao trabalhador, ganhando

como benefício, abatimentos fiscais compatíveis;

- Pautar a criação de zonas culturais, nas cidades, com horário mais flexível, trazendo oportunidade de emprego aos profissionais e garantindo aos munícipes o direito pleno à cidade;
- Defender a criação do Museu da História Republicana do Brasil, de modo a unificar a narrativa histórica oficial da República. Fomentar a edição de obras acerca de todos os presidentes do Brasil. Resgatar a memória dos heróis da pátria com iniciativas oficiais que busquem o resgate do espírito patriótico;
- Debater sobre a profissionalização do ensino de artes nas escolas. Estabelecer unicidade no ensino de artes e cultura, buscando abordagem mais prática em conformidade com os novos tempos;
- Propor um Programa de Restauração de Museus, Bibliotecas e espaços culturais.

# **SUSTENTABILIDADE**

## SUSTENTABILIDADE

O Meio Ambiente é o lugar onde vivemos, onde produzimos os nossos meios de subsistência e é também responsável pelo equilíbrio climático. O excesso da ação humana na extração desenfreada de recursos naturais do meio ambiente causa escassez e acentua os efeitos das catástrofes, que têm se acumulado no Brasil e no mundo. A discussão sobre o equilíbrio climático é indissociável da discussão sobre licenciamento e conservação ambiental. A ausência desta última tem causado desequilíbrio ambiental, como falta de fertilidade no solo, desertificação e escassez de chuvas entre outros danos não menos importantes. O pouco rigor no licenciamento ambiental tem permitido a ocorrência de diversas tragédias, entre elas o rompimento de barragens, como Brumadinho e Mariana.

Além dessas questões legais, o Brasil ainda acumula um passivo gigantesco em relação ao saneamento básico, onde quase 35 milhões de pessoas não têm acesso à água tratada, 100 milhões sem coleta de esgotos (representando 47,6% da população) e somente 46% dos esgotos produzidos no país são tratados. Isso significa mais dificuldade na prevenção de doenças e altos índices de poluição em rios de todo o país.

É preciso atenção ainda a questões como a utilização de agrotóxicos, cujo governo atual já aprovou, desde 2018, o uso de mais de 1.500 novos agrotóxicos, o que tem se tornado uma grande ameaça para toda a nossa biodiversidade, nossos bens naturais e, acima de tudo,

à saúde do povo brasileiro. O cumprimento das metas estabelecidas na COP26 também precisa ser fiscalizado para que o Brasil possa reduzir a emissão de gases de efeito estufa em 50% até o ano de 2013. A preocupação com a grilagem e o garimpo ilegal também estarão presentes em nossa pauta legislativa.

Nosso compromisso também é com o apoio à pesquisa em biotecnologia, para que possamos aproveitar o vasto potencial farmacológico, agrícola, industrial entre outros, de nossa rica biodiversidade. Esse compromisso se articula com a defesa da educação ambiental nas escolas e com a defesa de uma matriz energética cada vez mais diversificada e limpa. Desta forma, as nossas pautas iniciais, orientada por estudiosos e especialistas da área, serão:

- Defender a criação de um Conselho Legislativo, composto por técnicos e especialistas para assessoramento na consolidação de propostas sobre gestão dos recursos hídricos já em trâmite na Câmara e na produção de normas para a compatibilização dos interesses dos setores produtivos;
- Lutar para que o orçamento destinado a obras de infraestrutura em saneamento básico e distribuição de água tenham prioridade;
- Debater com especialistas sobre diversificação e transição do setor energético, visando

facilitar a produção e aderência dos setores produtivos as novas fontes energéticas;

- Contribuir na regulamentação do mercado de carbono, criando mecanismos de compensação financeira para empresas que instituírem projetos de redução ou remoção dos chamados gases do efeito estufa e, fazer as empresas que emitem esses gases além do limite permitido, pagarem por essa poluição em excesso;
- Defender a criação de um Fundo Emergencial de Desastres Climáticos, para o pronto auxílio às famílias atingidas pelas tragédias climáticas;
- Pautar a criação de Contratos de Gestão Ambiental (CGA) como processos de Gestão Ambiental. Esse tipo de contrato conterà como Cláusula Objeto o Gerenciamento Ambiental em seus termos de referência, Cláusula Penal para os casos de descumprimento do contrato a impossibilidade de contratar novamente com o Poder Público;
- Fiscalizar o cumprimento das leis de conservação que regulamentam as atividades que afetam diretamente a integridade dos ecossistemas e os direitos das populações tradicionais;
- Propor a devolução do poder de veto sobre a autorização de agrotóxicos para a Agência



Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama);

- Defender leis mais duras contra a grilagem; estimular a criação de conselhos da terra, que reúnam de forma democrática, os atores envolvidos nessa questão, bem como especialistas no assunto, afim de propor leis para atender necessidades como a demarcação e aprimorar o mecanismo para o Cadastro Ambiental Rural (CAR);
- Debater a revisão da legislação que versa sobre a comercialização do ouro, a fim de inibir o garimpo ilegal;
- Defender o aumento no orçamento de fomento aos órgãos de pesquisa em C&T, como CNPq, CAPES, Universidades, Institutos de Pesquisas e Empresas Estatais. Apoiar a criação e consolidação de micro e pequenas empresas de base biotecnológica com foco na bioindústria;
- Propor a inserção da semana do Meio Ambiente no calendário escolar, apoiar a promoção de atividades ambientais em parques, quadras, praças, jardins botânicos, visitas a unidades de conservação, museus e demais locais de aprendizagens.

# **SAÚDE PÚBLICA**

## SAÚDE PÚBLICA

No campo das discussões e demandas em saúde pública, o SUS como política pública de Estado e universal, precisa ser fortalecida e avaliada em sua integralidade de acordo com os resultados atuais de suas atividades em tempo e espaço, em relação ao atendimento à população. É necessário estabelecer pontos prioritários e desenvolver estratégias de resolução e aprimoramento das falhas. Entender que o SUS quanto a atenção primária, secundária e terciária está diretamente relacionada com a qualidade de vida e índices de desenvolvimento humano.

Na atenção básica, fortalecimento de políticas públicas associadas à iniciação científica com trabalho voltado para a promoção da saúde pública e da educação em saúde para consolidação dos índices de desenvolvimento humano. Inclui-se no âmbito das políticas de saúde, o cuidado com os profissionais de saúde, assim como de suas carreiras profissionais, considerando a constante atenção com a educação continuada, desenvolvimento científico e preparação para o envelhecimento e aposentadoria.

Outro ponto fundamental para o bom funcionamento dos serviços de saúde é, reforçar a informatização da saúde e ampliação da conectividade para fortalecer a educação, comunicação e responsabilização na relação entre usuários e profissionais da saúde.

Desenvolver ciência e segurança em relação a crimes cibernéticos nas unidades conectadas, desenvolver a transformação digital considerando os dispositivos digitais e mecanismos alternativos de trabalho seguro diante de falhas tecnológicas. Valorizar a telemedicina como veículo de comunicação e informação, bem como a presença humana em todas as regiões para garantir a boa formação, e estabelecer um consenso funcional de saúde, vida e bem-estar.

No campo da atenção secundária, o atendimento hospitalar deve adotar uma séria política de melhoria e modernização dos equipamentos hospitalares e reestruturação de atendimento ao paciente grave. Considerando o atendimento inicial, internações e acompanhamento domiciliar.

Deste modo, entendemos como pautas importantes a serem defendidas no Congresso, no âmbito da saúde, as seguintes:

- Defender o fortalecimento e aprimoramento do Sistema Único de Saúde – SUS;
- Na atenção básica, lutar pelo fortalecimento de políticas públicas associadas à iniciação científica com trabalho assertivo, resolutivo e focado em promoção de saúde pública e educação em saúde;

- Defender iniciativas voltadas para os cuidados com os profissionais de saúde, assim como de suas carreiras profissionais, considerando a constante atenção com a educação continuada, desenvolvimento científico e preparação para o pós-carreira;
- Apoiar a informatização da saúde e ampliação da conectividade para um fluxo de informações médicas mais eficiente e adequado;
- Discutir a valorização e o aprimoramento da telemedicina como veículo de comunicação e informação;
- No âmbito da atenção secundária, debater o estabelecimento de políticas de atendimento hospitalar, considerando o atendimento inicial, internações e acompanhamento domiciliar;
- Defender a ampliação e modernização dos equipamentos de atenção básica e hospitalar de média e alta complexidade;
- Pautar a correção dos valores da tabela de procedimentos do SUS;
- Apoiar a integração das diversas esferas do SUS;

- Defender a necessidade de promover a formação de médicos generalistas;
- Apoiar a criação de campanhas preventivas;
- Defender a valorização dos Conselhos de Saúde como forma de aumentar o controle social;



**ANTONIO** | **1200**  
**NETO** | **DEPUTADO FEDERAL**

A VOZ DOS TRABALHADORES